

A IGREJA CATÓLICA NA PARAÍBA: DOM JOSÉ MARIA PIRES E A RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR BRASILEIRO (1969-1974)

JANAÍNA GOMES DA SILVA
PPGH/UFPB
janaina_gomes_13h@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida durante o projeto de iniciação científica, intitulado a *Ditadura Militar na Paraíba: “Os anos de chumbo”(1969-1974)*, sendo produto do desdobramento do plano *A sociedade civil e a Ditadura Militar na Paraíba: trabalhadores, estudantes e Igreja*. Neste trabalho específico almejamos investigar a atuação da Igreja Católica no Estado paraibano sob a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, em face da Ditadura instaurada no País em 1964. As principais fontes de pesquisa para a realização deste texto são: os jornais de circulação da época, o Dossiê do Regime Militar que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Paraíba e ampla revisão bibliográfica acerca do período. Nosso objetivo é analisar o comportamento da ala progressista da Igreja Católica em relação a Ditadura no Estado paraibano.

Palavras-Chave: Igreja Católica; Ditadura Militar; “Os anos de chumbo”.

O Arcebispo da Paraíba na época, Dom José Maria Pires, é um personagem de suma importância nesse contexto histórico, tendo em vista que proferiu publicamente críticas contundentes ao Regime Militar. Filiando-se na defesa dos pobres e oprimidos. Sendo um líder religioso ativo que se envolveu em diversos conflitos de terras que houve no campo, sempre estando no lado dos trabalhadores rurais em detrimento aos interesses dos latifundiários e do governo.

Dom José Maria Pires nasceu em 15 de março de 1919, em Córregos, pequeno distrito da cidade de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Começou sua vida eclesial no estado mineiro, tendo sido sagrado bispo da diocese de Araçuaí, em 22 de setembro de 1957. Enquanto era bispo dessa diocese, Dom José, também conhecido por Dom Pelé, participou do Concílio Vaticano II.

Esse famoso encontro ecumênico foi realizado por iniciativa do Papa João XXIII, e, com a sua morte em 1963, coube ao seu sucessor, o Papa Paulo VI, concluir esse concílio em 1965, o qual representou um marco na história da Igreja Católica no século XX, haja vista as mudanças significativas que resultaram desse encontro, no tocante ao modo de ser e fazer Igreja. De acordo com Pereira (2012, p. 48):

O concílio é chamado de ecumênico pelo fato de congregar bispos dos mais diversos países do mundo. Durante a realização deste evento, os bispos refletem sobre que rumos a Igreja Católica deve tomar do ponto de vista doutrinal e pastoral. Como resultado de uma ação desta natureza há a promulgação de alguns documentos de suma importância que refletem as decisões e prioridades desse encontro de bispos.

O Concílio Vaticano II, na visão do Papa João XXIII, tinha por finalidade a Igreja fazer uma autoavaliação e atualizar-se a temas inerentes da contemporaneidade, sua proposta era a de um *aggiornamento*. Este evento teve uma forte influência na prática pastoral exercida por Dom José Maria Pires no Estado paraibano. Ele buscou colocar em prática as resoluções do Concílio, apresentando em seu ministério o modelo de uma Igreja atenta às questões sociais e mais aberta ao povo.

“Dom Pelé”¹⁶¹ chegou a Paraíba em 26 de março de 1966, para suceder a Dom Mario de Miranda Villas Boas no cargo de Arcebispo do Estado. Segundo Pereira (2012, p. 87):

Embora apoiando o Golpe Militar de 1964, quando ainda era bispo daquela diocese mineira [Araçuaí], Dom José mudou sua postura acerca do regime militar já nesse mesmo ano, enfrentando o autoritarismo dos militares e defendendo as vítimas do regime ditatorial. Chegando a Paraíba, em 1966, permaneceu firme na luta contra as arbitrariedades dos militares e buscou alternativas para resolução de problemas como a fome e a seca, criando duas iniciativas relevantes: a *Operação Gota D'água* e o *Projeto Igreja Viva*. Ambos com preocupações maiores que o mero assistencialismo tão presente na instituição eclesial.

Dom José manteve uma posição de radicalidade na defesa dos direitos humanos, manifestando denúncias e sentimentos de repúdio a violação de tais direitos por meio de sermões, cartas pastorais, declarações nos jornais, além de comparecer nas comunidades injustiçadas. Por esse engajamento pastoral e crítico das arbitrariedades cometidas pela classe dominante e o governo dos militares, Dom José chegou a ser intitulado por esses setores como sendo comunista e subversivo.¹⁶²

¹⁶¹ Dom José Maria Pires também era conhecido por Dom Pelé, apelido dado por seus amigos na época em que era bispo da Diocese de Araçuaí (MG), em virtude da semelhança que tinha com o jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, vulgo Pelé, o qual era seu conterrâneo.

¹⁶² Cf. PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFPA, em 2012.

Vale salientar que a Igreja Católica, sendo uma grande instituição universal, abarca em torno de si grupos heretogêneos de clérigos, que possuem divergências metodológicas e visões distintas sobre a prática religiosa. Aqui no Brasil, por exemplo, partindo dessa premissa, podemos delinear duas vertentes da Igreja: uma conservadora, adepta da concepção da Neocristandade, por outro lado, temos os progressistas, do qual Dom José fazia parte e que se caracterizava por ser um grupo que almejava se aproximar dos pobres, sendo signatários da teologia da libertação. Para Pereira (2012, p. 67):

Existia no país a presença de duas experiências antagônicas dentro da mesma Igreja. Os grupos religiosos de esquerda se vinculavam com facilidade aos movimentos políticos de orientação semelhante e os grupos religiosos de direita também possuíam suas lideranças com um bom número de seguidores. O clima religioso era o não só de “troca de farpas”, mas também de anátemas.

Sobre essa cisão ideológica dentro da Igreja, é importante lembrar que os agentes da repressão contaram com o apoio de setores expressivos da sociedade civil, inclusive de parte da Igreja Católica, que através da Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade (TFP), não economizou esforços para combater à oposição. De acordo com Júnior (2008, p. 53):

A TFP também contribuiu para a tentativa de isolamento dos setores progressistas do clero católico que se opunham à ditadura. As ligações de grupos de religiosos com a luta armada foram tratadas de modo prioritário, no sentido de combater e depurar esse clero e manter sobre seus integrantes um rígido controle.

No tocante ao golpe de 1964, Dom José Maria Pires foi um grande entusiasta a princípio, assim como grande parte dos membros da Igreja Católica do período. Entretanto, tempo depois, decepcionou-se com o regime dos militares por não terem posto em prática o programa de governo que fora anunciado. Além de agirem com austeridade aos opositores políticos. Em entrevista a Vanderlan Pereira, Dom José disse o seguinte:

A gente vivia numa situação de instabilidade muito grande. Veio o Golpe de 64 e a primeira manifestação do General Castelo Branco dizendo que a Revolução não foi feita para defender os privilégios dos ricos, mas para que todos os brasileiros pudessem. Então uma manifestação muito de acordo com aquilo que a gente esperava. Acontece que pouco depois a gente começa a ver que a Revolução não era para melhorar a situação do Brasil. (Ibidem, p. 70)

A partir de então, começou o surgimento das críticas do Arcebispo paraibano a nova ordem política, ainda em 1964, devido à violência instaurada por meio dos atos institucionais. A ala progressista da Igreja fora acusada de defender e ajudar comunistas, por isso, era perseguida em diversos Estados do país, inclusive na Paraíba. De acordo com o historiador Raimundo Barros, houve abusos por parte dos oficiais militares em relação a Igreja:

Conflitos, confirmando a expectativa, os houve; foram inúmeros; de todos os feitios e capazes de satisfazer todos os gostos, chegando quase a esgotar a pauta das alternativas possíveis. Abrangeram praticamente todas as regiões do País e envolveram leigos, clérigos e bispos: manobras de intimidação. Censura ao acesso aos meios de comunicação social; acidentes de todo o gênero; intensas campanhas de difamação sem conceder às vítimas a mínima chance de defesa; invasão de instituições ligadas a Igreja, de residências paroquiais e mesmo episcopais; (...) prisões e torturas; processos esdrúxulos, que se arrastaram por meses e as vezes anos; deportações sumárias de estrangeiros, que trabalhavam nos quadros da Igreja; e finalmente sequestros, execuções e assassinatos (BARROS, 2003, p. 173).

Com relação as vítimas do Regime Militar, Dom José buscava conceder proteção dentro de suas possibilidades, em suas palavras:

A gente fazia o que era possível. Se era preciso esconder a pessoa, a gente já sabia que devia mandar pra tal lugar, mandava muitas vezes p'ro interior, pra casa de um padre. É necessário? Como é que vai pra lá? Entra no meu carro aqui, fica lá atrás, deita lá. Meu carro passava. Não tinha a Manzuá, mas tinha a polícia na estrada... Era o arcebispo, pronto, logo conseguia. Então a gente pode levar pessoas assim. (PIRES Apud PEREIRA, 2012, p. 95)

Portanto, Dom José Maria Pires foi um líder religioso que não se limitou a ficar restrito ao ambiente do Palácio do Bispo, sede oficial do Arcebispo da Paraíba, como o fizeram seus antecessores, pelo contrário, ele se envolveu nos conflitos sociais que existiram na época da Ditadura, sempre estando ao lado dos menos favorecidos, dos trabalhadores rurais, dos estudantes perseguidos. Em suma, manteve uma posição de defesa dos direitos humanos, de ajuda aos mais necessitados e de crítica as arbitrariedades cometidas pelo sistema. Não se calando diante das graves injustiças cometidas contra os trabalhadores.

Dom José estava em consonância com as diretrizes legadas do Concílio Vaticano II, assim como as reflexões resultantes da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizado em Medellín, na Colômbia, em 1968. Essa conferência dos bispos foi uma tentativa de aplicar na América Latina as principais resoluções conciliares.

Essas diretrizes dizem respeito a postura de uma Igreja mais preocupada com a situação dos menos favorecidos, a opção pelos pobres e oprimidos. Uma Igreja que buscava ajudar na transformação da condição dessa camada da população, não se limitando às práticas assistencialistas. Sendo, portanto, uma Igreja viva e atuante.

É importante destacar que no documento final da Conferência de Medellín, o Papa Paulo VI, ciente dos regimes ditatoriais instalados na América Latina, orienta os bispos a como devem abordar o contexto político vigente:

Com relação às forças armadas, a Igreja deve inculcar-lhes a ideia de que, além de suas funções normais específicas, têm a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos, em vez de lhes obter obstáculos. Além disso, as forças armadas têm a possibilidade de educar dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutados para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país. ((PAULO VI In: CELAM, 1998, p.37 Apud PEREIRA, p. 99).

Podemos inferir a partir desse documento de conclusão da Conferência, que a orientação dada pelo sumo pontífice era de que os bispos, em seus pronunciamentos, provocassem reflexões sobre a viabilidade de retorno ao regime democrático, e condenasse a ação dos militares no tocante a violência e cerceamento da liberdade dos cidadãos.

Somado a isso, o documento enfatiza a importância da liberdade de expressão e de Imprensa, e reafirma seu compromisso com os pobres, reconhecendo também que o povo deve procurar os caminhos para sua libertação. Outra contribuição desse encontro episcopal, foi a ideia de criação das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base – nas quais tinham por propósito aproximar a Igreja da sociedade, sobretudo daqueles mais carentes. No entendimento do Teólogo Leonardo Boff:

As CEB's significam a “construção de uma Igreja viva, mais do que a multiplicação de estruturas materiais”, participação vital e íntima dos membros inseridos numa mesma realidade mais ou menos homogênea, vivendo a essência da mensagem cristã que é universal paternidade de Deus, a fraternidade com

todos os homens, o seguimento de Jesus Cristo morto e ressuscitado, a celebração da Ressurreição e da Eucaristia e a construção já iniciada, na história, do reino de Deus, que é de libertação do homem e de todos os homens. (BOFF, 2008, p. 27 Apud PEREIRA, 2012, p. 100)

Essas comunidades eclesiais estavam bastante presentes no episcopado de Dom José, que por sua vez, fomentou a criação de várias CEB's no Estado, as quais além de buscar uma aproximação entre a Igreja e o povo, estes órgãos serviram também para formar uma nova consciência política na população. Todavia, vale ressaltar que o Arcebispo jamais incitou a luta armada contra o regime, nem mesmo o ódio entre os latifundiários e camponeses, apesar dos vários litígios acerca da terra que houve na Paraíba, sobretudo na década de 1970.

Sua trajetória pastoral é marcada por atritos que estabeleceu entre, por um lado, com os agentes do governo, e por outro, com setores da classe dominante local. A título de exemplo, temos os conflitos rurais que aconteceram nas Fazendas de Mucatu e Alagamar. Não obstante, mesmo diante de situações politicamente delicadas, podemos perceber que o Arcebispo da Paraíba sempre buscou o caminho do diálogo e da resolução dos conflitos por via pacífica.

A ação pastoral de Dom José, fora materializada a partir dos projetos *Igreja Viva*, *CEB's*, *Operação Gota d'água* e *Equipe de Promoção Humana*, este último, posteriormente deu lugar ao *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba*, em 1976. Todos esses órgãos tinham por escopo se envolver nos problemas vividos pelo povo paraibano. Refletiam a prática das resoluções conciliares.

O Arcebispo metropolitano através de sua ação ministerial, empenhava-se em prestar assistência aos pobres, preocupava-se com as questões sociais inerentes ao cotidiano do povo. Entre as diversas ações empreendidas por Dom José, está o movimento de educação popular, com a finalidade de diminuir o índice de analfabetismo no Estado, construções de habitações, campanha para angariar fundos ao combate da escassez de água, dentre outros.

Diante dessa atuação eficaz nos meios populares, de engajamento político em áreas rurais em defesa dos camponeses, denunciando a concentração de terras, o latifúndio, a opressão dos pobres, algumas lideranças políticas do Estado e membros da classe latifundiária se desagradaram com esse modelo da *Igreja Viva*, no que implicou na

perseguição de alguns agentes pastorais.¹⁶³ Por isso Dom José é considerado um desafeto dos militares.

No Estado paraibano houve perseguição de agentes do governo a membros da Igreja Católica, geralmente acusados de subversão e comunistas. Os alvos da repressão eram em regra aqueles que se envolviam na assistência aos trabalhadores. Dentre os clérigos mais visados pelos órgãos de informação estavam os missionários estrangeiros. Sobre esse aspecto, um caso bastante emblemático foi o do Frei Hermano José Cürten, que fora preso em meados da década de 1970, dentre as acusações, consta o de ser comunista e subversivo. Dom José Maria Pires, na sua terceira carta pastoral, aborda os problemas do campo, e acerca desse episódio escreveu o seguinte:

Nosso irmão Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. **Acusaram-no “de estar pregando a violência, levando o povo a fazer greve, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba”**. Advertiram-no de não continuar seu trabalho junto aos camponeses. E o ameaçaram de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do País. (PIRES, 1975)

Nesta carta, Dom José também manifesta apoio ao Frei franciscano, tanto por parte da Arquidiocese quanto da Ordem a qual pertence. Além de tecer críticas as autoridades políticas e considerar injustas as acusações formuladas contra o Frei Hermano José. O Arcebispo ressalta que é legítima a ação pastoral do Frei Hermano, no qual aconselha os agricultores para se unirem, recorrerem ao Sindicato e a Federação, na procura de defenderem seus direitos dentro da lei. Dom José reflete que nas circunstâncias da época, os missionários que se comprometem a ajudar os humildes, são tachados de comunistas, subversivos e ameaçados de expulsão. E acrescenta:

Seria tão bom que os nossos irmãos, responsáveis pela Segurança Nacional fossem viver algum tempo no meio do povo, participando de seus sofrimentos, trabalhando com ele e comendo do mesmo feijão com farinha. Então eles também iriam apoiar as reclamações do povo e iriam sentir que a verdadeira segurança não se conquista silenciando os clamores de justiça, mas transformando metralhadoras em arados e tanques de guerra em tratores agrícolas. (PIRES, 1975)

¹⁶³ Idem, 2012.

As perseguições aos membros da Igreja não se limitaram aos missionários estrangeiros, apesar de serem estes os principais alvos da repressão. Na Fundação Universidade Regional do Nordeste, situada em Campina Grande, o professor de Doutrina Social da Igreja, o Padre João Batista Filho, teve seu contrato sustado em virtude de sua participação nos movimentos contra a Ditadura Militar. Segundo Waldir Porfírio:

João Batista Filho era padre da Paróquia de São Cristóvão, em Campina Grande. Ao tempo em que exercia o sacerdócio e a cátedra, também atuava como assessor espiritual dos movimentos da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1966, ingressou como estudante no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, o que possibilitou que fizesse movimento estudantil e fosse eleito presidente do Centro Acadêmico daquela Faculdade. Quando do Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, teve sua matrícula suspensa por dois anos, pela Reitoria da Universidade Federal da Paraíba. Por ter sido afastado da cátedra e dos seus estudos, e por temer pela sua vida, abandonou Campina Grande e a batina para tentar a sobrevivência em São Paulo. Atualmente, é casado com Raimunda de Brito Batista, e mora em Londrina, Estado do Paraná (Arquivo do Gabinete do Deputado Zenóbio Toscano Apud SILVA, 2010, p. 30).

Outro caso de atrito entre membros da Igreja no Estado com os militares ocorreu em 1972, quando o Bispo diocesano de Campina Grande (CG), Dom Manuel Pereira da Costa, foi proibido de entrar no teatro municipal por ordem do Comandante da 5ª Cia. de Infantaria de CG. Sobre esse episódio, o vereador Rildo Fernandes, da Câmara municipal da cidade, saiu em defesa do religioso¹⁶⁴. Dom Manuel Pereira, por sua vez, comunicou ao General do 7º Regimento Militar de Pernambuco o acontecido:

Peço vênica a V. Excia. Para fazer-lhe uma **reclamação contra o comportamento violento e arbitrário do Comandante da 5ª Cia. De Infantaria de Campina Grande, Major Antônio Paulo Câmara**. Fui convidado pela Universidade Regional do Nordeste Ofício 156/72 GR de 28 de março de 1972, para uma sessão solene a se realizar, de portas abertas ao público, que, inclusive, foi convocado pela imprensa escrita e falada. No momento em que ia entrando no recinto do Teatro Municipal da cidade, fui impedido de fazê-lo por um emissário do Comandante, que se declarou da Polícia Federal, alegando, mais de uma vez que, se eu era o Bispo, estava proibido de comparecer àquela sessão pública com que a Universidade comemorava “o transcurso da Revolução Democrática de março de 1974” (...)

¹⁶⁴ Cf. Dossiê do regime militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: discursos, 1972. (doc. Sem título).

venho pedir justiça e reparo de meus direitos lesados. (PEREIRA, Dom Manuel. Carta datada em 29/03/1972)¹⁶⁵

A prática pastoral de Dom Manuel Pereira é semelhante à de Dom José Maria Pires. Ambos são denominados como bispos progressistas. Por isso eram considerados desafetos dos militares, pois suas atuações não se limitavam as questões religiosas, tendo também preocupação com a realidade social do povo paraibano. Em contrapartida, os bispos das dioceses sufragâneas do interior do Estado, Dom Expedito e Dom Zacarias, respectivamente de Patos e Cajazeiras, tinham uma postura mais conservadora. Contudo, apesar das concepções metodológicas serem distintas, segundo Dom José¹⁶⁶, o relacionamento entre os quatro era de harmonia e cumplicidade.

De acordo com o depoimento de Vilma Batista de Almeida, ao projeto “Compartilhando memórias”, a Igreja Católica paraibana apoiava os movimentos de esquerda. No entanto, de uma forma moderada, não se desvirtuando dos seus preceitos, e evitando adotar um engajamento político ativo em face ao regime vigente.¹⁶⁷

No que concerne a Dom José Maria Pires, este recebeu várias cartas anônimas contendo ameaças, devido ao seu trabalho pastoral. Algumas dessas cartas encontram-se no dossiê do Regime Militar da Arquidiocese do Estado, e fazem menções as atividades contrárias de Dom José a Revolução de 64, acusando-o de ser terrorista, pedindo o seu afastamento do cargo de Arcebispo, chegando até a conter ameaças de morte. Como podemos verificar neste trecho:

Das coisas que você está fazendo D. José Maria Pires, querendo levar o país a mesma situação de 1964. Não pense que o povo está com você, o povo está com a revolução, deixe de ser besta velho caduco, filho da puta. Você com esse terrorista Wanderlei Caixe vai arranjar o chapéu de viagem, pode esperar. Os proprietários também não vão ficar de braços cruzados, aguarde que verá, porque quem procura acha. Você agora só quer é agitar o povo, mas o povo está compreendendo tudo porque ninguém é besta e já sabe o que passou em 64. Olhe para a Itália, França e o mundo todo, e veja o terrorismo como está, e você também querendo fazer terrorismo velho filho da puta. Prepara-se para morrer, porque se continuar assim o seu dia chegará, e o de Wanderlei também, bando de

¹⁶⁵ Cf. Dossiê do regime militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: Cartas pastorais, 29/03/1972.

¹⁶⁶ PEREIRA, 2012.

¹⁶⁷ Vilma Batista foi da direção da JUC (Juventude Universitária Católica). Atuou no movimento estudantil, e por isso acabou sendo fichada pela DOPS, acusada de desenvolver atividades incompatíveis com a vida universitária e desordem pública. Atualmente é professora emérita do Estado da Paraíba.

filho da puta terroristas. (Carta anônima, sem data. Dossiê do regime militar. Fundo: Chancelaria, série: doc. dos bispos, sub-série: Comunicação, AEPB).

Portanto, podemos inferir desse e de outros documentos similares, que o então Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires foi vítima de retaliação política devido a sua atividade pastoral e posicionamento progressista, que por sua vez, estava consonante com as resoluções conciliares, o qual no fim das contas, resumia-se a postura de uma Igreja mais atenta as questões sociais, que visava ajudar seu rebanho a se libertar do jugo da opressão.

REFERÊNCIAS

1. ARQUIVOS

- Arquivo Eclesiástico da Paraíba
- Arquivo Histórico do Estado da Paraíba
- Fundação José Américo de Almeida
- Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

2. BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARAÚJO, Ricardo José Rufino de; SUASSUNA, Carla Guedes; VELÔSO, Ricardo Grisi; VIANA, Rejane Vieira. **Catálogo da produção intelectual de Dom José Maria Pires**. João Pessoa: UFPB, 1997.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 57-98.

_____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa, Estampa, 1998, p. 349-363.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol, N. 23/24, p. 07-18.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar”. In FERREIRA, Jorge;

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol 3), pp. 345-404.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.

_____. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 167-205.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista;

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, pp.221-242.

LUCCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Orga.) **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-153.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”. **Revista Perspectiva Histórica**, vol.2, no 2, janeiro-junho de 2012, pp.37-62.

_____. As experiências da luta armada na Paraíba, In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70**. Dissertação de Mestrado apresentado ao DHIFCH/ Unicamp, em 1997.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFPB, em 2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970” In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), pp.23-51

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **O anticomunismo no A imprensa: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba (1962-1964)**. Monografia apresentada ao Curso de História da UFPB. João Pessoa, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo, Alameda, 2010, p. 67-101.

VELÔSO, Ricardo Grisi. **As cartas pastorais de Dom José Maria Pires durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. João Pessoa: UFPB, 1999.